Processo 037.313/2018-5
Tomada de Contas Especial
Recurso de Reconsideração

Parecer

Trata-se de recurso de reconsideração (R001, peça 48) interposto por Leula Pereira Brandão em face do Acórdão 8.404/2020-1ª Câmara (peça 30), o qual, dentre outras deliberações, julgou irregulares as contas da recorrente e condenou-lhe ao pagamento de débito, além de aplicarlhe a multa capitulada no art. 57 da Lei 8.443/1992.

2. A Auditora Federal de Controle Externo (AUFC) responsável pela instrução processual propôs (peça 73), em síntese: **i)** reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória (com fundamento na Lei 9.873/1999), no que diz respeito à parcela do débito atinente ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate/2009); e **ii)** reduzir, proporcionalmente, o valor da multa aplicada, caso excluído o débito referente ao Pnate/2009. Caso não reconhecida a ocorrência da prescrição, a AUFC sugere negar provimento ao recurso. Essa proposta contou com a anuência do Diretor da Secretaria de Recursos – Serur (peça 74).

3. O Secretário da Serur, em pronunciamento à peça 75, discordou da diretoria técnica no tocante à ocorrência da prescrição, porquanto entende que restaria prejudicada a análise da prescrição intercorrente (§ 1º do art. 1º da Lei 9.873/1999) das tomadas de contas especiais (TCE) já em tramitação no Tribunal, uma vez que a pretensão ressarcitória era tratada como imprescritível pela Corte e as peças que integram esses processos, determinadas pelas instruções normativas do TCU, não contemplam informações quanto ao andamento do procedimento de apuração no âmbito da entidade instauradora da TCE, o que obstaculiza a conclusão por eventual paralisação processual por mais de três anos na fase interna de apuração. Assim, opinou o titular da unidade técnica no sentido de que se negue provimento ao recurso, além de que sejam encaminhadas informações sobre o processo ao Município de Newton Bello/MA e à Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

4. É de se ressaltar que as razões recursais apresentadas não se mostraram aptas a influir no mérito da decisão adversada, conforme asseverou a Serur. A propósito, cabe singela retificação à análise realizada pela AUFC (peça 73, p. 8), pois a condenação da recorrente não decorreu unicamente da omissão na prestação de contas (esta ocorrida em relação aos recursos repassados por força do Pnate/2009 e Pnate/2010), mas também foi corolário da inexecução do Convênio 700027/2011. Tal retificação, todavia, não altera o encaminhamento a ser proposto ao final deste parecer, de não provimento do apelo recursal em exame.

5. Sem prejuízo, registramos pontual discordância no que tange ao exame da prescrição realizado pela AUFC, à luz da Lei 9.873/1999 (peça 73, p. 5-6). A divergência se restringe à consideração de mais de uma causa interruptiva de mesma natureza (incisos do art. 2º da referida lei), o que não vislumbramos possível, sob pena de permitir, no limite, infundáveis extensões do prazo prescricional, o que não se coaduna com o princípio da razoabilidade.

6. Inobstante esse ponto de dissonância, deixamos de empreender a reanálise da incidência da prescrição sob o regime da aludida lei, uma vez que, considerando o prazo geral de

prescrição do art. 205 da Lei 10.406/2002 – que se entende aplicável ao presente caso, diante da falta de norma específica que regule o instituto da prescrição da pretensão ressarcitória no âmbito do Controle Externo –, **não ocorreu a prescrição.**

7. Assim, diante dos elementos constantes dos autos, este representante do Ministério Público de Contas da União manifesta-se por que o recurso de reconsideração em apreço seja conhecido, para que, no mérito, seja-lhe negado provimento. Ademais, coaduna-se com as providências sugeridas pelo titular da unidade técnica nas alíneas “b” e “c” do pronunciamento assentado à peça 75, p. 2.

Ministério Público, em 21 de Fevereiro de 2022.

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA
Procurador